

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC. _____

FOLHA: 03

ASS. lyh

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer conjunto ao Projeto de Lei n.º 46/2026.

Da autoria da Mesa Diretora, que pretende autorização legislativa para apreciar e deliberar sobre o projeto em tela, que **“Autoriza as transposições de dotações orçamentárias para fins de adequar o orçamento vigente e atender as necessidades do Poder Legislativo.”**

Conforme a justificativa do presente projeto de lei, a mesma objetiva tão somente a adequação do orçamento desta Casa de Leis, suprimindo rubricas orçamentárias com déficit, possibilitando que os serviços contratados sejam renovados para o corrente ano, além da aquisição de produtos e materiais. Observa-se também que a Mesa Diretora expôs que: “a proposição promove a necessária compatibilização e convalidação dos anexos das Leis do Plano Plurianual — PPA (Lei n.º 3.136/2025), da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO (Lei n.º 3.137/2025) e da Lei Orçamentária Anual — LOA (Lei n.º 3.180/2025), garantindo coerência sistêmica entre os instrumentos de planejamento e execução orçamentária do Poder Legislativo Municipal.”

Analisando o projeto de lei, o Poder Legislativo fica autorizado a proceder às transposições de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.584.446,86 (Dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos), observadas as classificações institucionais, econômicas e funcionais, descritas no bojo da referida propositura.

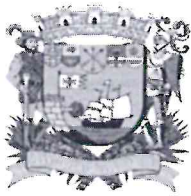
No parecer jurídico, o Procurador Legislativo consignou que a iniciativa do presente Projeto de Lei Complementar está adequada e em conformidade com o disposto no artigo 138, § 1º, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Sebastião (RICMSS). Ressaltou, ainda, que, tratando-se de transposição orçamentária no âmbito da Câmara Municipal, a competência para iniciar o respectivo processo legislativo é exclusiva da Mesa Diretora, nos termos do artigo 10, inciso IV, do mesmo diploma normativo. Destacou, por fim, que a realização de transposição orçamentária, como a proposta no presente caso, depende de prévia autorização legislativa, em observância ao artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Então, reuniram-se as Comissões em conjunto e resolveram emitir um parecer favorável à aprovação do referido projeto, podendo prosseguir e ser votado pelo Plenário desta Edilidade, uma vez que não apresenta vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, 02 de junho de 2026.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

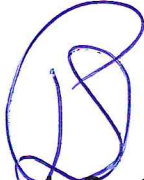
Litoral Norte – São Paulo

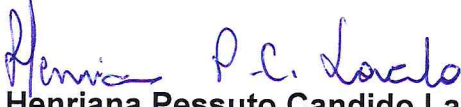
PROCC...	
FOLHA:	09
ASS..	lyll

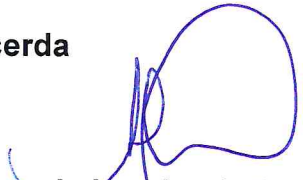
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer conjunto ao Projeto de Lei n.º 46/2026. (02.06.2026)

Comissão de Justiça


Diego de Castro Pereira
SECRETÁRIO


Henriana Pessuto Candido Lacerda
PRESIDENTE


Maria Angela Laurito de Moraes
MEMBRO

Comissão de Finanças e Orçamento

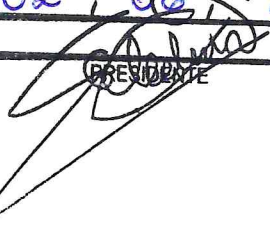

Alex Damasceno Reis Framba
SECRETÁRIO


Pedro Renato da Silva
PRESIDENTE


João Paulo Teixeira
MEMBRO

APROVADO EM única DISCUSSÃO
POR unanimidade DE VOTOS

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

02 06 2026

PRESIDENTE

